

Dia Dia

Publicação do
SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS

Presidente: Nelson Cirtoli

156

ANO IV

28/01/1994

Filiado à CUT

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52-237/89



SNA discute com Canhedo.

reintegração dos dirigentes sindicais

Sob a pauta "Reintegração dos comissários afastados ou demitidos no retorno da licença previdenciária e maternidade" e "Reintegração à produção dos dirigentes sindicais afastados", o presidente da Vasp, Wagner Canhedo, reuniu-se, na última segunda-feira, dia 24 de janeiro, com o presidente do SNA, Nelson Cirtoli, os diretores Tato e Matosinho, além dos representantes da Associação de Comissários de Vôo da Vasp (ACV), Aginaldo Souza e Di Martino, e

da Associação de Pilotos da Vasp (APVASP), Miguel Ângelo, na sede da empresa.

Canhedo afirmou que toda a pauta já estava sendo encaminhada, ficando de se reunir com o vice-presidente da empresa, Ulisses Canhedo, responsável pela área de operações, que se encontrava fora do país, comprometendo-se em, até terça-feira, dia 31/01, dar uma resposta definitiva ao presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas sobre os assuntos discutidos.

Matrículas abertas na Creche Ninho

Estão abertas as matrículas para o ano letivo 94 para creche, maternal, jardim I e II na Creche Ninho. Filhos de aeronautas e aeroviários são isentos da taxa de matrícula, além de terem 30% de desconto

nas mensalidades. A Creche Ninho funciona de segunda a sexta-feira, das 6 horas às 19 horas. Para mais informações entrar em contato com Mariuza ou Alice, através do telefone (021)396-4572.

Os aeronautas e a Revisão Constitucional

Por Roberto José Faria de Gusmão *

Quando a atual Constituição brasileira foi promulgada, em 5/10/1988, já previa nas disposições transitórias a sua revisão. E, apesar de existirem pessoas e segmentos da sociedade civil organizada defendendo posições favoráveis e contrárias à revisão, o que de concreto podemos afirmar é que contra fatos não existem argumentos. As disposições transitórias estão aí para tirar qualquer dúvida.

Todavia, após a conclusão(?) dos trabalhos da CPI do Orçamento, e da perspectiva de instalação da CPI dos Corruptores(ou das empreiteiras), muitos são aqueles que cedem a tentação de exercer o papel de advogado do diabo ao analisar o perfil do Congresso Nacional quanto a sua isenção, responsabilidade e credibilidade perante a população, para, de fato, desempenhar o papel

de Congresso revisor da Constituição. Existem grandes interesses em jogo dentro e fora do país(governos, grupos econômicos e instituições) que apostam todas as fichas em um ampla revisão constitucional. Os setores organizados da sociedade já se assanham, ante a perspectiva da revisão e partem em busca de lobystas para defenderem os seus interesses junto aos parlamentares. As emendas apresentadas, até agora, já ultrapassam a casa de 17.000. E o prato principal nada mais é do que acabar com o monopólio dos setores essenciais para o país, como as telecomunicações, energia elétrica, prospecção de petróleo, pesquisa, lavra e salvaguarda de minas e reservas minerais, inclusive os considerados estratégicos, etc.

O mais grave de tudo isso é que a

Fundação dos aeronautas

Conselho Curador se reúne 31/03

As deliberações do Conselho Curador da Fundação dos Aeronautas ficaram adiadas, por falta de quórum, para a próxima reunião a ser realizada no dia 31 de março. Apenas o representante da ACV, Celso Cardoso, e a representante da ACT, Teresa Godoy, compareceram a reunião do dia 26 de janeiro, e registraram preocupação diante da ausência dos demais membros do Conselho.

O Conselho Curador se reúne no próximo dia 31 de março, às 10 horas, na Rua Capitão Barbosa, 375, Cocotá, Ilha do Governador, para discutir a seguinte pauta: Processos da Fundação junto a Curadoria; Relato do diretor-presidente sobre a situação em que encontrou a Creche Ninho e as medidas que foram tomadas; Mudanças de nome da instituidora ATV; Assuntos Gerais.

defesa do fim do monopólio estatal é realizada com a falsa argumentação de que não devemos ficar na contramão da história, não podemos perder o bonde(?) da modernidade, etc, etc, etc. Tais discursos seriam cômicos se não fossem trágicos, sobretudo quando aqueles que os defendem imaginam que podem enganar a todos, durante todo o tempo. Pois, se tal preocupação fosse verdadeira, porque as nações mais ricas e poderosas do planeta mantêm sob controle estatal os seus setores estratégicos, ampliando o leque para patentes industriais, farmacêuticos, estaleiros, centros de pesquisas e empresas aéreas, entre outros. O que pretendem com tal atitude? Por que se preocupam tanto com o façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço? (Continua na pág.3)

Notícias do FAD

Carteira Imobiliária

A seguir você lê a íntegra da carta enviada aos associados do Fad que adquiriram imóveis através da Carteira Imobiliária. O Conselho de Administração entende que as informações contidas na correspondência são de interesse geral, na medida em que explicam procedimentos da Administração.

Tendo surgido algumas dúvidas quanto aos cálculos do valor da parcela do mês de JAN/94, relativa ao financiamento do imóvel que V.Sa. adquiriu do FAD, achamos oportuno o presente esclarecimento, além do que já lhe foi esclarecido de viva voz.

Por ocasião do lançamento do primeiro imóvel incorporado pela Carteira Imobiliária do FAD, as unidades foram vendidas pelo valor equivalente à 9.500 UPF (nove mil e quinhentas UPF). A UPF (Unidade Padrão de Financiamento) é o índice de correção monetária utilizado para corrigir os valores dos financiamentos imobiliários.

Com o intuito de propiciar a aquisição da casa própria aos associados do FAD, adotamos critério diferente do praticado pelo sistema financeiro de habitação, que financia somente 70% (setenta por cento) do valor do imóvel, assim mesmo limitado a 7.500 UPF (sete mil e quinhentas UPF), sendo este o valor máximo de financiamento.

O FAD financiou até 100% (cem por cento) do valor de venda em 114 (cento e quatorze) meses, para aqueles que assim o desejaram.

Conforme estabelece o regulamento do plano de Auxílio à Aquisição da Casa Própria, o associado que pleitear o financiamento do FAD deverá arcar com os seguintes custos:

- Juros de 12% ao ano;
- Taxa de administração mensal de 7,5% sobre o valor total do recibo;
- Apólice de seguro de vida, cujo valor nunca será inferior ao saldo devedor, e tendo como beneficiário o FAD;
- Atualização monetária pela UPF, do saldo devedor;
- Taxa de abertura de crédito correspondente a 2% (dois por cento), sobre o valor total do financiamento desejado, que deverá ser paga, no ato da aprovação da proposta.

Todos esses ônus constam também no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda firmado por V.Sa. e pelo FAD, aliás, não poderia ser de outra forma.

Todavia, sensível as dificuldades que são próprias aos que adquirem o primeiro imóvel, tais como: pagar aluguel e ao mesmo tempo amortizar o financiamento contratado, o Conselho de Administração do FAD, procurou uma forma de aliviar tais dificuldades. Assim é que usando de suas prerrogativas, resolveu que até que os compradores estivessem imitados na

posse do imóvel, não lhes seriam cobrados integralmente os juros mensais devidos, bem como as diferenças resultantes entre a variação salarial e a variação do valor da UPF.

Durante este período, alguns compradores solicitaram efetuar pagamentos inferiores ao valor previsto e até mesmo não efetuá-los, o que resultou em diferenças maiores ainda a serem acrescidas ao saldo devedor dos mesmos.

O Conselho de Administração do FAD, sempre que solicitado, procurou atender essas solicitações, porém não deixou de alertar para as consequências de tal prática.

Em razão do que foi relatado, os pagamentos efetuados ficaram bem abaixo dos valores contratados, variando de 53% à 32% do que era devido, respectivamente para os que mais ou menos, pagaram durante o período.

Com a entrega efetiva dos imóveis, cessadas as razões que motivaram tal liberalidade, não poderíamos deixar de recompor tais valores conforme estabelece o Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda.

Sempre visando tornar viável o cumprimento do que foi contratado, e evitar o mínimo de resíduo para a parcela final do financiamento, foram incorporados ao saldo devedor, as diferenças havidas desde a data do contrato até 30 de dezembro de 1993, a saber:

- Juros não cobrados;
- Diferença entre a variação salarial e a variação do valor da UPF, no período;
- Eventuais parcelas mensais não pagas, ou pagas em valor menor.

Note-se que não foi cobrada qualquer taxa de permanência sobre os valores não pagos durante esse período. Tais valores sofreram apenas a correção monetária pela variação do valor da UPF.

O saldo devedor atualizado para 1º de janeiro de 1994 com todos os acréscimos devidos, foi então dividido pelo prazo restante, resultando em novos valores para as parcelas mensais, obviamente bem mais elevados que os que foram pagos em Dezembro de 1993.

Alguns compradores (não todos) solicitaram continuar pagando as suas parcelas em valores menores que os calculados. Da mesma forma que anteriormente atendemos este tipo de solicitação, novamente concordamos com tais pedidos e renovamos o alerta de que isso acarretará um resíduo elevado no final do prazo de financiamento, salvo se o mutuário com-

prador aumentar o valor das parcelas mensais ou vier efetuar amortizações intermediárias.

Lembramos ainda que o total do saldo devedor deverá ser quitado junto com o pagamento da última parcela mensal.

O critério de reajustar o valor das parcelas mensais com os mesmos reajustes concedidos aos salários, tem por objetivo, não tumultuar em demasia o orçamento anual do mutuário, todavia em razão da eventual diferença entre os índices de correção aplicados aos salários e a UPF, torna-se necessário que o comprador reavalie pelo menos anualmente o seu próprio orçamento, compatibilizando-o tanto quanto possível ao compromisso assumido.

Ainda alguns compradores questionaram a validade dos cálculos apresentados. Podemos tranquilamente dizer que os cálculos estão rigorosamente de acordo com as normas legais e com o que foi firmado, de comum acordo, entre as partes.

O FAD, ao lançar a Carteira Imobiliária, teve como objetivos básicos, viabilizar a tão sonhada compra da casa própria bem como proteger o patrimônio da própria instituição, assegurando aos seus associados os valores necessários a cobertura dos benefícios previstos pelo Estatuto. Assim é que na medida que proporciona financiamentos privilegiados em relação ao mercado, é obrigado a fazer com que esses investimentos retornem aos cofres da instituição devidamente corrigidos e bem remunerados.

O FAD "se destina a assegurar auxílios diversos aos seus participantes" porém, decididamente não é uma entidade filantrópica, eis que é regido por normas rígidas as quais estabelecem as condições para a concessão de cada auxílio aos participantes e tão somente a estes.

Finalmente aos que ainda tem dúvidas sobre a validade da Carteira Imobiliária, podemos afirmar que, nos moldes em que foi estabelecida, proporciona aos que dela se servirem, a aquisição de um imóvel em condições não encontradas no mercado imobiliário, e aos demais associados, a garantia de poder contar com os benefícios estatutários previstos, os quais não são totalmente cobertos pelas contribuições.

Não estamos mudando os objetivos do FAD, mas sim, buscando os meios para bem cumprir as suas finalidades.

Conselho de Administração

Coluna do DJ

Taba FGTS x SNA

Termina no dia 13 de fevereiro o prazo para a conclusão do acordo SNA x Taba, sobre o FGTS, do período entre 1987 e 1989. O Departamento Jurídico, em conjunto com a Delegacia de Belém, realizou, nos dias 13 e 18 de janeiro assembleias específicas sobre o acordo proposto pela empresa.

Os cálculos indenizatórios já foram feitos e se encontram à disposição dos interessados até 01 de fevereiro. O SNA convoca todos os envolvidos a tomarem conhecimento dos valores.

O Secretário do Jurídico, Castro, promoveu no último dia 25 uma reunião na Delegacia de Belém entre os interessados. Os itens finais da negociação já foram fechados e confirmados com a Taba. O Acordo deve ser homologado na Justiça do Trabalho no início de fevereiro.

É importante salientar que as importâncias a serem indenizadas referem-se ao período de 1987 a 1989. Deverá ser promovida nova ação referente a outros períodos.

Helijet X SNA

Informamos aos pilotos da Helijet que o processo em execução obteve uma proposta de acordo, sendo necessário que entrem em contato, o quanto antes, com o Departamento Jurídico, a fim de atualização cadastral.

Aguardem convocação de assembleia específica para novas deliberações.

Segurança de Vôo

Votec ganha prêmio internacional

O Cmte. João Carlos Pessoa, ex-diretor do SNA, informa que a Votec ganhou, pela nona vez consecutiva, o prêmio de segurança de vôo da HAI (Associação Internacional de Helicópteros). Segundo ele o prêmio equivale a um "Oscar" na área de segurança e sua conquista deveu-se ao desempenho dos tripulantes e do pessoal de manutenção.

Os aeronautas e a Revisão Constitucional (continuação da capa)

Por Roberto José Faria de Gusmão *

Acho que não é tão difícil de responder. Em primeiro, porque quem não detém o controle sobre seus setores estratégicos, perde sua soberania, sua capacidade de desenvolvimento e, por conseguinte, torna-se refém daqueles que detém o controle dos setores estratégicos e das riquezas que, a bem da "modernidade" se perdeu para sempre!

No que diz respeito aos trabalhadores, planeja-se cortar inúmeras conquistas já consagradas na Constituição, tais como: estabilidade no emprego para os servidores públicos, jornadas de 3 turnos, licença paternidade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadorias especiais de professores, jornalistas e aeronautas, entre outras, tudo com o discurso de investir em uma relação capital e trabalho moderna, ágil e que venha a privilegiar as negociações entre patrões e empregados.

Na prática, procura-se montar um palco, com novo pano de fundo, novos cenários e novas indumentárias, mas com o mesmo script e os velhos e conhecidos atores, que sempre se preocuparam com o retrocesso das conquistas da classe trabalhadora. Com o retrocesso de nossos direitos, ocorrerá a minimização dos custos e a maximização dos lucros das empresas, demissão de milhares de trabalhadores, maior enfraquecimento dos sindicatos, concentração de riqueza e centralização de poder (econômico e político) nas mãos de poucos, diminuição na arrecadação dos impostos e tributos municipais, estaduais e federais, perda da capacidade de investimento do Estado, aumento da especulação financeira no mercado de capitais, estagnação econômica do país, aumento do mercado informal de trabalho, da marginalidade urbana, da fome e da miséria.

A única forma de enfrentar esse desafio é através da mobilização e participação da categoria em torno de bandeiras de luta, como por exemplo, a defesa da aposentadoria especial do aeronauta. A direção sindical, por sua vez, tem que organizar em conjunto com as associações profissionais, CUT e DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) um eficiente lobby dos aeronautas, para efetivamente defender os interesses da categoria junto ao Congresso Nacional. Portanto, esse é um momento ímpar e de grande importância para os aeronautas, momento que exige desprendimento, superação de diferenças, divergências e comodismos para que juntos possamos somar os nossos esforços na defesa daquilo que nos é mais precioso, nossos direitos.

Outras questões polêmicas e de fundamental importância para os trabalhadores e o movimento sindical, e que serão discu-

tidas na revisão constitucional são o fim da contribuição sindical e a ratificação da convenção 87 da OIT. O imposto sindical previsto pela CLT é obrigatório e corresponde a um dia de trabalho descontado anualmente no mês de março, de todos os trabalhadores sindicalizados ou não, e repassado proporcionalmente para os sindicatos, federações e confederações (antes da promulgação da atual Constituição, uma parte era repassada também para o Ministério do Trabalho). Entre manter, acabar com o desconto de uma só vez, ou acabar com o desconto progressivamente, ganha espaço entre os parlamentares a última tese, pois se o imposto sindical fosse extinto de uma só vez, inúmeros seriam os sindicatos, federações e confederações que sucumbiriam.

A convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), aprovada em 1948 e ratificada por diversos países, defende o fim da unidade sindical e adoção da pluralidade sindical. Se o Congresso Nacional ratificar a convenção 87 da OIT, o movimento sindical brasileiro sofrerá uma mudança radical quanto a sua organização. Nesse caso, os sindicatos que mais sofrerão com a adoção da convenção serão os de base nacional e regional. Na realidade os grandes sindicatos, pois muitos irão implodir dando origem a uma série de sindicatos menores, muitos dos quais meramente cartoriais, concorrendo assim para a pulverização do movimento sindical e o enfraquecimento da unidade dos trabalhadores.

No caso específico dos aeronautas, ao manter o atual estatuto, Estrutura e organização sindical, será impossível evitar a implosão do SNA, com a transformação de inúmeras associações profissionais ou grupos de vôo, em sindicatos por função profissional e por empresa. Daí a importância da decisão tomada pelo pleno da diretoria em estabelecer com a categoria, associações profissionais e lideranças sindicais, um debate franco e fraterno no sentido de colhermos subsídios para a reformulação do Estatuto e aprovarmos uma nova estrutura e organização sindical.

Somente com a participação de todos é que poderemos dar ao Sindicato Nacional dos Aeronautas, condições objetivas para enfrentar e superar a difícil conjuntura que se apresenta. Para que nós tenhamos uma unidade de ação eficiente é necessário que tenhamos unidade orgânica, e para isso é preciso que haja a participação direta de todos os setores da categoria, para que possamos forjar na prática e no dia-a-dia, a UNIDADE DOS AERONAUTAS em torno de um único sindicato!

* Gusmão é 1º secretário do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Opinião

Pilotos sem Sindicato

Por Fernando Cruz *

Em recente artigo ("Questão de sobrevivência"), defendi a aplicação do art. 196 dos estatutos, principalmente ao **único** piloto eleito diretamente e pertencente ao segmento Táxi Aéreo e Aviação Regional, companheiro Aguilar, então titular da Secretaria de Fiscalização, Regulamentação Profissional e Convenção Coletiva, cuja dedicação ímpar à causa, levava a deslocamentos semanais entre SP e RJ, de ônibus - dedicação e empenho que por si só expressam a razão de ser do artigo. No entanto, e lamentavelmente, uma questão séria e política, foi respondida até com ataques pessoais - infundados e descabidos - razão que me leva a enfatizar a importância daquela reflexão.

A importância do SINDICATO é diretamente proporcional à sua função de REPRESENTANTE e sua força está alicerçada na relação REPRESENTANTE-REPRESENTADO. A partir desta premissa básica, podemos analisar o que ocorre hoje, considerando os seguintes dados:

SEGMENTO/ATIVIDADE - Nº DE PILOTOS NA DIREÇÃO SNA	
AVIAÇÃO AGRÍCOLA (600 aeronaves em atividade)	ZERO
TÁXI AÉREO (mais de 400 aeronaves/112 empresas)	UM
HELICÓPTEROS	UM
AVIAÇÃO GERAL (estimativa de 7000 aeronaves)	QUATRO
AEROCLUBES (estimativa de 300 instrutores de pilotagem)	ZERO
AVIAÇÃO ESPECIALIZADA (Aerofotogrametria, UTI, etc.)	ZERO
GRANDES OPERADORAS(empresas)	
VASP	UM
TRANSBRASIL	ZERO
RIO - SUL	ZERO
TAM	ZERO
LÍDER	ZERO
TABA	UM
NORDESTE	ZERO

Voltando a premissa básica, é realmente um caso de molécula no espaço sideral! Ressalvando duas exceções - VARIG(7) e APOSENTADOS(8) - não há a necessária relação REPRESENTANTE/REPRESENTADO. Esta é a realidade: NEM SINPAC, NEM SNA - a maioria dos pilotos que voa aeronaves civis nacionais está sem sindicato algum. Esta é uma questão séria e política, que deve ser resolvida com ou sem "aportes filantrópicos". Os pilotos brasileiros precisam reciclar e rever sua organização sindical - e isto é muito mais que uma QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA.

Não há nada de confuso, nem difuso no chamamento anterior. Os dados falam por si e são alarmantes! Quem o SNA representa? E o que é pior... Quantos pi-

lotos podem acreditar e se sentir realmente representados pelo SNA?

As consequências negativas vem se acumulando e as condições de trabalho atingiram níveis sem precedentes. Isso sem contar aspectos sociais relevantes, como quando um piloto com duas fontes de renda (INSS + complementação paga pelos contribuintes do Tesouro do Estado de S. Paulo), busca uma terceira fonte, através de novo emprego, deixando outro piloto sem fonte alguma de renda (desemprego) além de interferir de forma agressiva na carreira que já estavam na empresa (TAM).

Descumprimento integral da Regulamentação Profissional, da Convenção Coletiva e outros direitos elementares, demissões arbitrárias, impossibilidade de aposentadoria digna, são alguns dos principais itens que se tornaram rotina na vida profissional da maioria dos pilotos brasileiros.

É hora de virar o jogo. Um encontro nacional viria em boa hora!

O artigo fica por aqui. Cabe agora, a cada um, uma reflexão sobre o espaço sindical (direito natural e constitucional de todo trabalhador).

As linhas a seguir servem para contestar as matérias que se seguiram ao meu artigo anterior (o que faço constrangido e de forma resumida, já que este é um espaço destinado a informes e relevantes questões políticas da categoria e não para "troca de farpas"), mas não posso deixar de fazê-lo, pois há os que acham que quem cala consente; então vejamos:

a) Reinaldo Menegoli (Dia a Dia 152)... Não é uma questão de conhecer melhor a situação financeira do SNA. Há um outro lado da moeda que você desconhece e que, em respeito ao associado, não vou mostrar-lhe nesse espaço, mas sim em carta pessoal cuja cópia fica no quadro de avisos da sede e da subsede.

b) Dia a Dia nº 151 (N. Cirtoli e M. Rego) - Se houvesse qualquer ilegitimidade nas últimas eleições para Representante Sindical, não seria pela quantidade de votos "possíveis", já que nenhum representante foi eleito com mais de 10% dos votos que normalmente teria - mas sim de uma imposta e inédita eleição "por correspondência" inventada por V. Sas. - esta sim, ilegítima e em desacordo com os estatutos. Os estatutários... ora os estatutos... "puro democratismo", não é mesmo?

* Fernando Cruz voa Learjet e tem formação superior em ciências jurídicas e sociais. NR: O autor também é representante sindical do SNA junto ao grupo de vôo da Líder.

Sindicato Nacional dos Aeronautas

Presidente
Nelson Cirtoli
Sede: Av. Marechal
Câmara, 160-Ed.
Orly, Grs. 1611/26,
CEP 20020-080,
Rio de Janeiro, RJ.
Tel: (021) 532-1163
Fax: (021) 220-6693

É uma publicação
semanal editada pela
Secretária
de Divulgação e Cultura
do SNA.
Diretor Responsável
Rodrigo D. Pasqua Marocco
Assessor de Comunicação
Fernando Pereira

Dia a Dia

Tiragem
8 mil exemplares
Impressão
Gráfica do SNA.
Artigos assinados são de
responsabilidade dos
respetivos autores.
Dia a Dia é distribuído
gratuitamente